

Editorial

Qual o tamanho do abacaxi?

Quais são as dívidas de Campo Largo que vencem a médio ou longo prazo? Correm ou não ações judiciais contra o município na Justiça? Qual o exato número de servidores municipais e que percentual de arrecadação representa seus salários? Existe déficit orçamentário ou não? São perguntas para as quais não se encontram respostas desde a posse de Pianaro Júnior na Prefeitura há praticamente dois anos.

Nos últimos meses a Câmara dos Vereadores, as lideranças municipais e a Imprensa apontaram muitas questões que necessitam de um amplo esclarecimento:

A polêmica coleta do lixo, a novela da terceirização ou não da COCEL, a situação caótica do atendimento médico-hospitalar, as não explicações das confusões com a EMLAR e o CEPAG e mais recentemente a constatação da falta de estrutura para o município continuar com sua maior tradição comercial e industrial que é a FEIRA DA LOUÇA.

Diante de tantas incertezas cabe uma interrogação definitiva: Pianaro Júnior é vítima ou culpado? Se a situação administrativa da Prefeitura chegou ao ponto preocupante em que está, tudo deve ser atribuído ao atual prefeito? Só ele deve carregar a pesada cruz?

Uma administração sem responsabilidades com o dinheiro público sempre acaba por comprometer a administração seguinte como mostram os inúmeros exemplos.

Até hoje não se sabe como Pianaro Júnior encontrou a administração ao receber o cargo de Afonso Portugal Guimarães. As preocupações de hoje devem ter um ponto de partida para análise.

Contas e compromissos assumidos em administrações passadas estão a merecer uma profunda interpretação por parte dos vereadores a quem cabe fiscalizar o Executivo. Para dizer se Pianaro Júnior realmente tem culpa do que aconteceu com o NIS III, citando apenas um exemplo, é preciso saber se ele está ou não pagando compromissos do passado, quando nem era prefeito.

Democracia exige acima de tudo clareza na manipulação dos recursos públicos.

Aproveitando a chegada do final do ano - época propícia para balanços - Pianaro Júnior deve fazer uma prestação de contas de sua tarefa e dizer se carrega nas costas ou não um ônus administrativo do passado.

Chegou a hora de "descascar o abacaxi" e "pôr os pingos nos is". A população que paga impostos não pode mais ficar apenas na esperança de que os dias melhorem. Precisa e tem o direito de receber benefícios já.

Se a administração municipal falha é porque algo está errado nas contas. Mas ninguém erra porque quer errar. As deficiências administrativas de Campo Largo seguramente têm uma origem conhecida.

Cabe então ao prefeito enfrentar a comunidade e dizer se realmente herdou "furos" de administrações passadas ou se o erro é seu. Na segunda hipótese terá dois anos pela frente para recuperar a imagem.

Não pode mais Pianaro Júnior na posição de maior autoridade municipal, ter uma imagem indefinida na Opinião Pública que não sabe se ele é culpado ou vítima. Abrir as contas de Afonso Portugal Guimarães no item endividamento para o futuro, o mesmo valendo para Newton Puppi, é uma obrigação de Pianaro Júnior com sua dignidade pessoal e com a própria história de Campo Largo.

CASA SOVIERZOSKI
TECIDOS - FERRAGENS - TINTAS
FOGÕES E UTILIDADES DOMÉSTICAS
Praça Atilio de Almeida Barbosa, 1957
Fone 292-1323
Campo Largo - Paraná

AUTO POSTO "3L" LTDA.
Posto de Gasolina, Lavagem a Quente e Lubrificação de Veículos
Rua Xavier da Silva, 1596
Fones: (041) 292-1888 e 292-2273
Campo Largo - Paraná

Expediente
Jornal O METROPOLITANO
Rua Xavier da Silva, n.º 1.022 (Centro) - CEP 83.801-400 - Campo Largo-PR
Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda.
Diretor: Haroldo Wohl
Jornalista Responsável: Nádia Schiavinnato
Reg. Prof. 2903/0956 - PR
Fotogramatista: Maurício Soares Pinto
Departamento Comercial: Fone: (041) 292-2678 e Fax: (041) 292-3278
\* Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores.
Diagramação, Composição, Arte, Fotolito e Impressão: Editora Hevílica Ltda.
Rua Almirante Gonçalves, 1.063 - Rebouças
Fone/Fax: (041) 232-0634 - CEP 80230-060 - Curitiba-Paraná

Notas Políticas

PEREIRA SE DESPEDE DO GOVERNO COM VISITAS A 15 CIDADES

O governador Mário Pereira iniciou na última segunda-feira a sua grande viagem ao interior do Estado que funcionará como uma espécie de despedida do governo, antes de deixar o cargo no dia primeiro de janeiro. Até o próximo dia 8 de dezembro, Pereira pretende percorrer 15 municípios. Além das despedidas formais, o governador irá aproveitar para apresentar às cidades sede das microrregiões o programa Pró-Paraná, lançado por ele há cerca de duas semanas.

"Quero divulgar o nosso programa porque ele poderá ser muito útil para o interior por causa dos estímulos fiscais que dá para a iniciativa privada investir nas cidades do interior", completou Pereira. O governador fez questão de frisar ainda que, "pelos andar da carruagem", existe a possibilidade de o governo liberar recursos financeiros até o final do ano.

GOVERNO NÃO CUMPRE PROMESSA FEITA AOS AGRICULTORES

Depois de o governo federal ter garantido que o R\$ 70 milhões destinados ao custeio da safra de verão no Paraná seriam liberados até no início desta semana, os mini e pequenos agricultores que foram até as agências do Banco do Brasil saíram mais uma vez frustrados. Segundo informou a assessoria do banco em Curitiba, além de não ter enviado o dinheiro, o governo também não deu nenhuma informação de quando isso poderia ocorrer.

Na semana passada, o presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Dick Carlos de Geus - representando as cooperativas brasileiras junto aos membros da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados -, se reuniu com representantes do governo federal para dar um ultimato e liberar os R\$ 278 milhões destinados ao custeio da safra agrícola aos mini e pequenos produtores do país, incluindo os R\$ 70 milhões para o Pa-

raná. Na ocasião, o governo se comprometeu a liberar o dinheiro em 48 horas.

MACIEL DIZ QUE FHC QUER FORMAR BASE SÓLIDA NO CONGRESSO

"A prioridade são as reformas e a articulação para aprová-las". Com esta declaração o vice-presidente eleito, senador Marco Maciel (PFL-PE), fez questão de afirmar no último sábado que a preocupação de Fernando Henrique Cardoso é fortalecer a base de sustentação do futuro governo no Congresso Nacional. A especulação em torno da indicação dos novos ministros, segundo ele, não vai atrapalhar as negociações com os partidos.

"A essa altura acredito que ele (FHC) já tenha a composição básica dos ministros, ainda que não tenha revelado. Mas o momento é de discussão das forças de apoio e quem indica ministro é só o presidente", comentou Marco Maciel. Para ele os nomes paranaenses cogitados para compor o ministério como Reinhold Stephanes (PFL), Euclides Scaico (PSDB), José Eduardo de Andrade Vieira (PTB) e Álvaro Dias (PP), são vistos com "bons olhos" porque, segundo o vice, são pessoas que têm "a maior respeitabilidade e tiveram participação decisiva na campanha".

SEM MAMATA I

A criação do Tribunal de Contas dos Municípios deve mesmo ser barrada pela Assembleia Legislativa. Pelo menos é a convicção do presidente da Casa, deputado Orlando Pessutti (PMDB). Na semana passada ele foi a Brasília e consultou alguns especialistas e voltou convencido de que a idéia é impraticável.

SEM MAMATA II

Segundo Pessutti, o artigo 31 da Constituição Federal veda a criação do TC dos Municípios. Os órgãos semelhantes que já existem em São Paulo, Bahia, Goiânia e Rio de Janeiro foram criados antes da Carta promulgada em 1988.

SINDICALISTAS APRESENTAM PROPOSTA DE 42% NA ASSEMBLÉIA

Quarenta e dois por cento de reajuste mínimo, sem prejuízo para as categorias que obtiveram índices superiores, foi a reivindicação feita nesta segunda-feira ao líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado José Tavares (PMDB) pelos membros do Fórum de Entidades Sindicais dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual - formado por 12 sindicatos do funcionalismo.

ORA A LEI

Apesar de legisladores, os deputados são os primeiros a desrespeitar as leis que eles próprios criam. O pepista Duílio Genari apresentou um projeto na Assembleia alterando o artigo 2º da Lei Complementar 56/91. Se for aprovado, um dis-

tributo de apenas 2.800 habitantes da região oeste pode virar município. Atualmente, esse limite é de cinco mil habitantes.

LUGAR CATIVO

O deputado federal eleito Abelardo Lupion Mello (PFL) garante que seu colega de partido Reinhold Stephanes, está com um lugar garantido no ministério de Fernando Henrique Cardoso. Não é segredo para ninguém que Stephanes quer - e FHC também - a pasta da Previdência.

TRABALHO CONJUNTO

Lupion diz ainda que o projeto do governador eleito, Jaime Lerner, é se candidatar a presidente em 1998. Segundo o deputado, esses dois fatos - a escolha de Stephanes e a candidatura de Lerner - exigirão da bancada paranaense em Brasília um trabalho de cooperação a partir do ano que vem.

CONVERSINHA

O governador Mário Pereira e o presidente do Banco do Paraná, Alecu Preisner, se reuniram durante quatro horas na semana passada no Palácio Iguçu. O assunto devia ser muito sigiloso, pois as portas do gabinete foram trancadas e as secretárias tinham ordem para não interromper a conversa sob pretexto algum.

DE BOMBACHAS

O senador eleito Roberto Requião ainda não tem certeza, mas já admite que caso o senador gaúcho Pedro Simon - a sua candidatura à presidência do Senado, votará nele, Requião e Simon são amigos de longa data.

JOGANDO A TOALHA

Depois de ter sido a única voz discordante no encontro regional do PMDB, realizado semana passada em Florianópolis, que debateu o apoio do PMDB à Fernando Henrique Cardoso, o ex-governador jogou a toalha. O partido deverá embarcar na canoa de FHC, ao contrário do que prega Requião. Resignado, ele diz que essa é uma posição da cúpula, que não reflete a opinião das bases.

MATRIZ

O centro de Campo Largo, principalmente a Praça Atilio de Almeida Barbosa (Praça da Matriz) está recebendo atenção especial neste final de ano com a proximidade do Natal. Nada mais justo que o Executivo Municipal assim proceda e procure passar um "pô de arroz" e estimular o espírito das festas de fim de ano.

MATRIZ II

A beleza da praça central de Campo Largo é destacada em prosa e verso. Mas as magnólias precisam de maior carinho e trato especial. Além desta situação a praça poderá receber uma nova construção.

JARDINEIRAS

Na rua Marechal Deodoro, no centro de Campo Largo, existem algumas jardineiras. O assunto já gerou grande discussão, inclusive com a aprovação de requerimentos de autoria do vereador Edson Leuz para um restitudo e retirada de algumas delas.

JARDINEIRAS II

Existiu um conflito, pois nas jardineiras foram plantadas palmeiras. O contraste pode ser percebido entre as palmeiras e as magnólias. Outro ponto a ser discutido é o de estacionamento de veículos no anel central, para melhorar o fluxo de fregueses e clientes aos estabelecimentos comerciais.

JARDINEIRAS III

O estudo pretendido pelo vereador é visível. Um pacto em véspera de eleição nem sempre corresponde a realidade e não traduz os anseios de centenas de filiados. O PMDB não pode fugir a responsabilidade do resultado das urnas.

Pergunta de Semana

Serão conhecidos os vereadores do período Pianaro Júnior? Na Boca do Povo: Quem vem do Itaquê para o centro de Campo Largo, pode ver mais uma etapa da Marginal sendo feita.

SEM MAMATA I

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ORA A LEI

Apesar de legisladores, os deputados são os primeiros a desrespeitar as leis que eles próprios criam. O pepista Duílio Genari apresentou um projeto na Assembleia alterando o artigo 2º da Lei Complementar 56/91. Se for aprovado, um dis-

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

ESSE É O PROBLEMA

O pior de tudo é que tem deputado que acha normal e legal a criação de mais esse cabide de empregos à custa do contribuinte. "São só sete cargos de conselheiro", disse recentemente o deputado Anibal Khury (PTB), como se isso não representasse nada. O TC dos municípios é não só inconstitucional como imoral diante da situação de penúria da esmagadora maioria dos cidadãos paranaenses.

Imobilismo de Pianaro compromete o gasoduto



Qual município paranaense conquistará a primeira fase de fornecimento do gás natural a ser canalizado pela Compagás (empresa do Governo do Estado, ligada a Copel, que distribuirá o gás produzido pela Refinaria Getúlio Vargas)?

Enquanto a Prefeitura não omite nenhuma informação oficial e faz descer um manto de indiferença diante da questão, as lideranças empresariais de Campo Largo começam a demonstrar preocupações.

Uma simples avaliação da alternativa econômica demonstra que as indústrias cerâmicas seriam as mais beneficiadas com o uso do gás natural, já que a queima deste combustível é mais uniforme e eficiente que a das outras fontes energéticas convencionais como lenha, óleo combustível e carvão mineral, o que garantiria um produto com muito maior qualidade.

Araucária por estar a apenas cinco quilômetros de refinaria, contra 20 de Campo Largo, pode ter o benefício antes que a Capital da Louça se não houver uma rápida intervenção por parte da administração municipal.

Para o próximo ano a Compagás estuda o estabelecimento de seis empresas de Araucária ou de 20 estabelecimentos industriais de Campo Largo. Inicialmente serão distribuídos 120 mil metros cúbicos de gás/dia que atenderá apenas dez por cento do mercado na Região Metropolitana de Curitiba. A Compagás poderá fazer a distri-

buição - hoje monopólio da Petrobrás - em função de ser uma empresa mista, com 51 por cento da Copel, 24,5 por cento da própria Petrobrás e mais 24,5 por cento de capital privado, através da empresa Dutopar.

Com os estudos prontos para o setor produtivo receber o gás natural, falta a tomada de posição política do prefeito Pianaro Junior que pode ter mais uma derrota administrativa no início da segunda metade de seu mandato, ao não levantar uma bandeira necessária ao crescimento econômico-social de Campo Largo.

ATENDIMENTO ESTADUAL

A Compagás foi criada para atender a um mercado de 2,25 milhões de m³ de gás por dia para as regiões de Curitiba e Ponta Grossa. A primeira etapa do trabalho será construir os dutos para distribuir a partir de 95 os 120 mil m³ de gás/dia para as indústrias de Araucária e Campo Largo. "Será uma fase em que aproveitaremos para ir treinando as equipes de operação e manutenção da nova empresa e desenvolveremos os projetos para a rede completa de distribuição do gás da Bolívia", antecipa o superintendente de Energias Alternativas da Copel, engenheiro Luis Roberto Dantas Bruel.

A segunda fase será a possibilidade do recebimento do gás dos campos de Tubarão, Estrela do Mar, Coral e Caravela (plataformas petrolíferas), na divisa do litoral paranaense e catarinense, já a partir de 96. A expectativa da

Compagás caso isto se concretize é que o Paraná possa receber até 500 mil m³ de gás/dia. E a terceira fase - mais relevante - será o atendimento de todo o mercado do Estado com o recebimento do gás boliviano que deve chegar a partir de 98 pelo futuro gasoduto Bolívia-Brasil. O gasoduto beneficiará sete Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Saindo de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, o duto passará por Campo Grande (MS), Araraquara e Campinas (SP), onde uma parte seguirá para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e outra descerá para Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. No Paraná o gasoduto passará por Araucária, de onde a Compagás distribuirá o produto em redes para Curitiba, Campo Largo, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Colombo e Ponta Grossa. Curitiba e região receberão 2.024.600 m³/dia e Ponta Grossa 265.700 m³ de gás/dia.

Só estas duas regiões serão atendidas porque são as maiores consumidoras em potencial, embora o plano inicial da Copel era levar o gás também a Londrina, Maringá, e Cascavel. "Depois de estudos, comprovamos que seria inviável economicamente fazer uma ramificação do gasoduto para Londrina e Maringá e a outra para Cascavel e Toledo, porque nestas regiões o potencial de consumo não é tão grande e os custos de implantação seriam muito altos", justifica Luis Bruel.

Mais municípios atingem 100% com abastecimento de água

Até o final deste ano, mais quatro municípios atendidos pela Sanepar, vão atingir 100% de atendimento com água potável. Joaquim Távora, Santo Antonio da Platina, Siqueira Campos e Ibitai. Hoje, estes municípios já alcançaram um índice médio de 95% com água tratada.

Na última semana foi assinado um convênio entre Prefeitura de Joaquim Távora e Sanepar para ampliar o sistema de abastecimento de água do município. Com a ampliação da rede de distribuição em 7.000 metros, a população passará a ser totalmente atendida com água potável. O convênio foi firmado durante a visita do diretor técnico da Sanepar, Mário Augusto Baggio ao interior do Estado ao interior do Estado.

Segundo Baggio, o índice de atendimento, hoje, em Joaquim Távora, com água potável é de 94%. "A Sanepar está trabalhando para que todos os municípios paranaenses tenham 100% de sua população atendida com água de boa qualidade". Em todo o Estado a Sanepar considera atingido, com água potável, o índice de 99,85%.

Esgoto Tratado

Além da assinatura do convênio, Baggio também visitou os dois rals que estão sendo implantados para tratar o esgoto que será coletado em Joaquim Távora. A estação de tratamento de esgotos que está sendo executada no município recebeu recursos do Pedu, no valor de 350 mil reais.

O diretor técnico salientou quando visitava a obra que, apesar de estarem sendo desenvolvidas com recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, as obras estão em andamento também em função da parceria existente entre o município e a Sanepar.

"Estaremos inicialmente coletando o esgoto de 73% da população e tratando todo este esgoto dentro de quatro meses", prevê Baggio, lembrando a importância de se evitar o lançamento do esgoto "in natura" em rios e córregos.

Meio Ambiente

"Trabalhamos também para proteger o meio ambiente além de melhorar, consequentemente, a qualidade de vida da popu-

lação do Paraná", afirma Baggio.

Seguindo um roteiro de viagem pelo interior do Estado, o diretor técnico da Sanepar também esteve em Santo Antonio da Platina, Siqueira Campos e Ibitai. Em Santo Antonio da Platina, Baggio visitou as obras de esgoto do município, que estão sendo executadas com recursos do Pedu no valor de 929 mil reais. Atualmente, lembra o diretor técnico, mais de 62% da população possui uma ligação de esgoto em suas casas. A previsão para a conclusão deste sistema é para janeiro de 95.

Para o presidente da Sanepar, Marco Antonio Cenoviz, o trabalho desenvolvido em saneamento básico, pela Sanepar, nestes últimos quatro anos está servindo de exemplo para outros Estados e inclusive para países da América Latina e Caribe, onde a empresa tem prestado várias consultorias.

"Seguimos um projeto nestes quatro anos para atingir a meta de tratar todo o esgoto coletado em nossos municípios. Por isso, resolvemos só implantar um novo sis-

tema de coleta num município, desde que, seu devido tratamento também fosse providenciado", afirma Cenoviz.

Em Siqueira Campos, Mário Baggio visitou também a obra de esgoto do município que hoje está com mais de 60% dos serviços executados. A previsão para a conclusão desta obra, segundo informações do gerente de obras da região de Londrina, Rafael Nagayama é para janeiro de 95, quando mais de 45% da população está sendo beneficiada com a coleta e o tratamento do esgoto.

Já em Ibitai, a visita foi realizada nas obras do sistema de abastecimento de água onde cerca de 95% dos serviços já foram executados. "A previsão é que este sistema esteja concluído no mês de fevereiro do próximo ano, quando atingiremos aproximadamente o índice de 100% da população atendida com água potável". Hoje, mais de 94% da população está sendo beneficiada com o abastecimento de água. Estão sendo investidos mais de 1 milhão de reais na ampliação do sistema de abastecimento do município.

Vatapá



LEGISLATIVO

A Câmara de Campo Largo aprovou o ORÇAMENTO 95 sem muitas emendas aditivas.

Desta forma, entendem os vereadores que o mesmo deverá atender os anseios populares e às necessidades do município.

Receita e despesa equacionada. LEGISLATIVO II Falando-se da Câmara Municipal ao chegar no final de mais um período legislativo, surge a sucessão de mesa diretora.

Em Curitiba, já foi definido o nome de Iris Simões, para presidente. Em Campo Largo, na sessão do dia 12, com votação secreta, irá surgir o nome do vereador na sucessão de Darci Andreassa, que irá dirigir os trabalhos no biênio 95/96.

Amazonas existindo apenas uma diferença, em Palmeira é anual, mas o jogo político é o mesmo.

Basta ir à Câmara Municipal para ver o ímpeto do destacado vereador.

O coadjuvante está mais evidente do que nunca e o ator principal nunca aparece.

Até o presente momento nada aconteceu.

O estudo pretendido pelo vereador é visível.

Uma certa, em 95, serão outros os presidentes pois não há reeleição nos biênios.

Com as mais variadas manifestações, a notícia da mudança de local da Feira de Campo Largo criou uma resistência e oposição de diversos setores, inclusive com a divulgação do Executivo Municipal de nota repudiando a intenção e "garantindo" que o Cecon - Ginásio de Esportes de Rondinha comporta a Feira, ainda, por mais de dois anos.

E depois como é que fica? SCRIPT O filme político que se desenrola em Campo Largo possui diversos atores.

O assunto já gerou grande discussão, inclusive com a aprovação de requerimentos de autoria do vereador Edson Leuz para um restitudo e retirada de algumas delas.

Até o presente momento nada aconteceu.

promoção
COMPRE agora PAGUE quando chegar a hora!
TODOS OS PRODUTOS DA LOJA COM 30.60.90 DIAS, COM CHEQUE PRÉ-DATADO, SEM ENTRADA PELO preço à vista!
Camiseta Estampa Não perca: AUSTRÁLIA DOWN SOUTH R\$ 9,90 à vista
SUNSET R\$ 9,90 à vista
Zamboni
ACERVO HISTÓRICO